



A ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E OS DESAFIOS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

THE SCHOOLING OF STUDENTS WITH DISABILITIES AND THE CHALLENGES FOR INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICE

DOI: 10.5281/zenodo.22286317



Daniel Ribeiro Costa¹
Edineia Natalino da Silva Santos²
Andreza Ramos da Conceição³
Lucia Josefa Siqueira dos Santos⁴
Katiane Souza Gomes⁵
Sabrina Cordeiro da Silva⁶
Dorvina Nepoceno Costa⁷
Maria Cristiana Alves Pereira Baltar⁸

RESUMO

A escolarização de estudantes com deficiência no ensino regular representa um importante desafio para a educação contemporânea, especialmente diante da necessidade de garantir não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de participação, aprendizagem, desenvolvimento e pertencimento. A consolidação das políticas de educação inclusiva ampliou a presença desses estudantes nas classes comuns, trazendo para o centro do debate a necessidade de reorganização das práticas pedagógicas e das estruturas escolares. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios relacionados à escolarização de estudantes com deficiência e discutir aspectos necessários à construção de uma prática pedagógica efetivamente inclusiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica,

1 UFT, Brasil.

2 UNESP, Brasil.

3 UCAM, Brasil.

4 Unifecaf, Brasil.

5 Christian of American – UCA, EUA.

6 Instituto Mauá de tecnologia, Brasil.

7 UFT, Brasil.

8 Fucepe Business School, Brasil.





de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à educação inclusiva, escolarização, deficiência, acessibilidade, formação docente e práticas pedagógicas. A análise evidencia que a inclusão escolar não se efetiva exclusivamente pela garantia da matrícula, sendo indispensáveis condições adequadas de permanência, participação e aprendizagem. Entre os principais desafios identificados destacam-se a formação dos professores, a necessidade de flexibilização das práticas pedagógicas, as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, a disponibilidade de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas e a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. Conclui-se que a construção de uma prática pedagógica inclusiva requer planejamento, flexibilidade metodológica, trabalho colaborativo e compromisso institucional com a diversidade, a equidade e o direito à aprendizagem.

Palavras-chave: Escolarização; estudantes com deficiência; educação inclusiva; prática pedagógica; inclusão escolar.

ABSTRACT

The schooling of students with disabilities in mainstream education represents an important challenge for contemporary education, particularly regarding the need to ensure not only access to school but also effective conditions for participation, learning, development, and belonging. The consolidation of inclusive education policies has expanded the presence of these students in mainstream classrooms, bringing to the center of the debate the need to reorganize pedagogical practices and school structures. This article aims to analyze the main challenges related to the schooling of students with disabilities and discuss aspects necessary for the development of an effectively inclusive pedagogical practice. This is a qualitative, exploratory bibliographic study based on the analysis of academic publications and normative documents related to inclusive education, schooling, disability, accessibility, teacher education, and pedagogical practices. The analysis demonstrates that school inclusion cannot be achieved solely by guaranteeing enrollment, as adequate conditions for permanence, participation, and learning are essential. The main challenges identified include teacher education, the need for flexibility in pedagogical practices, architectural, communicational, and attitudinal barriers, the availability of accessibility resources and assistive technologies, and coordination between mainstream education and specialized educational services. It is concluded that the development of an inclusive pedagogical practice requires planning, methodological flexibility, collaborative work, and institutional commitment to diversity, equity, and the right to learning.

Keywords: Schooling; students with disabilities; inclusive education; pedagogical practice; school inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A escolarização de estudantes com deficiência constitui uma questão central no debate educacional contemporâneo, sobretudo diante do reconhecimento de que o direito à educação precisa ser assegurado em condições de igualdade e equidade. A ampliação da presença desses





estudantes no ensino regular representa uma importante conquista no campo dos direitos educacionais, mas também evidencia desafios relacionados à organização das escolas, à formação dos professores, às metodologias de ensino, aos processos avaliativos e às condições necessárias para garantir uma participação efetiva no cotidiano escolar.

Historicamente, a educação das pessoas com deficiência foi marcada por práticas de exclusão e segregação. Durante longo período, predominou a compreensão de que esses estudantes deveriam receber atendimento em instituições separadas ou em espaços específicos, sob a justificativa de que suas características impediriam sua participação no ensino comum. A mudança para uma perspectiva inclusiva modifica essa lógica ao reconhecer que a escola regular deve estar preparada para receber a diversidade e proporcionar condições adequadas para que todos os estudantes possam aprender e desenvolver suas potencialidades.

Nesse processo, a escolarização inclusiva não pode ser compreendida apenas como a transferência dos estudantes com deficiência para classes comuns. A inclusão pressupõe uma transformação mais ampla das instituições escolares. É necessário que o currículo, as metodologias, os recursos didáticos, as formas de avaliação, os espaços e as relações sejam organizados de maneira a reduzir ou eliminar as barreiras que possam dificultar a participação dos estudantes.

No Brasil, esse direito encontra respaldo em diferentes instrumentos legais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, estabelece que a pessoa com deficiência tem direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e determina a garantia de condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. A legislação também prevê a adoção de medidas individualizadas e coletivas, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas inclusivas.

A legislação evidencia, portanto, que o processo de escolarização precisa estar associado à garantia de condições concretas de aprendizagem. O estudante não deve ser apenas inserido fisicamente na escola, mas precisa encontrar um ambiente que possibilite sua participação nas atividades curriculares, sua interação com os colegas e professores e o desenvolvimento de sua autonomia.





Nesse contexto, a prática pedagógica assume papel fundamental. O professor precisa reconhecer que a sala de aula é constituída por estudantes com diferentes ritmos, experiências, conhecimentos, formas de comunicação e necessidades educacionais. Consequentemente, uma prática pedagógica baseada em estratégias rígidas e homogêneas pode não responder adequadamente à diversidade existente.

A construção de práticas inclusivas exige, assim, planejamento e flexibilidade. O professor pode utilizar diferentes recursos e estratégias para apresentar determinado conteúdo, permitindo que os estudantes tenham diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento. Recursos visuais, materiais concretos, tecnologias digitais, atividades práticas, estratégias colaborativas e diferentes formas de expressão podem ampliar as oportunidades de participação.

A formação docente constitui outro aspecto essencial. O professor necessita de conhecimentos que possibilitem compreender a diversidade presente na sala de aula e selecionar estratégias adequadas para favorecer a aprendizagem. A formação continuada pode contribuir para esse processo, especialmente quando relacionada às situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar. Entretanto, a inclusão não pode ser considerada responsabilidade exclusiva do professor, pois depende também de condições institucionais, políticas públicas, recursos e apoio especializado.

A acessibilidade constitui igualmente um elemento indispensável à escolarização inclusiva. As barreiras enfrentadas pelos estudantes podem ser arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais. Dessa forma, a existência de espaços fisicamente acessíveis não garante, por si só, uma educação inclusiva. É necessário assegurar que os conteúdos, materiais, atividades e formas de comunicação também sejam acessíveis.

As tecnologias assistivas representam uma possibilidade importante para ampliar a autonomia e a participação dos estudantes. Recursos tecnológicos e pedagógicos adaptados podem facilitar o acesso aos conteúdos e às atividades escolares. Entretanto, sua utilização



deve estar articulada ao planejamento docente e às necessidades específicas dos estudantes, evitando que a tecnologia seja utilizada de maneira descontextualizada.

Outro aspecto relevante refere-se ao Atendimento Educacional Especializado. Sua atuação deve estar articulada ao processo de escolarização realizado na classe comum, contribuindo para identificar barreiras, disponibilizar recursos e desenvolver estratégias que favoreçam a participação e a aprendizagem. A articulação entre os diferentes profissionais envolvidos pode ampliar as possibilidades de acompanhamento dos estudantes.

A avaliação da aprendizagem também precisa ser considerada nessa perspectiva. Instrumentos avaliativos padronizados e rígidos podem não contemplar diferentes formas de comunicação e expressão. Por isso, práticas avaliativas diversificadas podem possibilitar uma análise mais adequada do desenvolvimento dos estudantes, considerando seu percurso de aprendizagem e as condições oferecidas durante o processo.

Diante dessas questões, este estudo parte da seguinte problemática: quais são os principais desafios enfrentados no processo de escolarização de estudantes com deficiência e quais elementos podem contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica efetivamente inclusiva?

O objetivo geral deste artigo é analisar os principais desafios relacionados à escolarização de estudantes com deficiência e às práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino regular. Como objetivos específicos, pretende-se discutir os fundamentos da escolarização inclusiva, identificar barreiras que interferem na participação e na aprendizagem e refletir sobre possibilidades pedagógicas capazes de fortalecer a inclusão no cotidiano escolar.

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada mediante levantamento e análise de produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à escolarização de estudantes com deficiência e à educação inclusiva. Foram consideradas publicações que abordam aspectos relacionados às práticas pedagógicas, formação docente, acessibilidade, tecnologias assistivas, avaliação e Atendimento Educacional Especializado. Após o levantamento, os materiais foram





submetidos à leitura analítica e interpretativa, buscando identificar os principais desafios presentes no processo de escolarização e as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A análise concentrou-se nos aspectos recorrentes encontrados na literatura, permitindo estabelecer relações entre as condições escolares, a atuação docente e as oportunidades de participação e aprendizagem dos estudantes.

A relevância do estudo decorre da necessidade de compreender que a efetivação da escolarização inclusiva exige mais do que a garantia de acesso às instituições de ensino. É necessário assegurar que os estudantes tenham condições para participar das experiências escolares, construir conhecimentos, estabelecer relações e desenvolver autonomia. Nesse sentido, discutir os desafios da prática pedagógica contribui para fortalecer uma concepção de escola comprometida com a diversidade e com o direito de todos à aprendizagem.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A escolarização de estudantes com deficiência no ensino regular está fundamentada em uma concepção de educação que reconhece a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo. Essa perspectiva representa uma mudança em relação a modelos historicamente marcados pela segregação, nos quais estudantes com deficiência eram afastados das classes comuns ou submetidos a experiências educacionais diferenciadas. A inclusão propõe, ao contrário, que a escola regular seja organizada para atender diferentes necessidades e oferecer condições para que todos os estudantes possam participar das experiências de aprendizagem.

Nesse contexto, a escolarização inclusiva não deve ser compreendida apenas como presença física do estudante na escola. O ingresso em uma classe comum precisa estar acompanhado de condições que possibilitem participação, aprendizagem, interação social e desenvolvimento da autonomia. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência estabelece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e determina a garantia





de sistema educacional inclusivo em todos os níveis, além de assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

A legislação também estabelece a responsabilidade do poder público na implementação de medidas que favoreçam a inclusão, contemplando recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, práticas pedagógicas inclusivas e formação dos profissionais da educação. Essa perspectiva demonstra que a escolarização de estudantes com deficiência exige mudanças que ultrapassam a dimensão individual do aluno, envolvendo a própria organização do sistema educacional.

Mantoan (2003) destaca que a inclusão escolar pressupõe transformação das estruturas e práticas que tradicionalmente procuram homogeneizar os estudantes. A escola inclusiva precisa reconhecer que os sujeitos aprendem de maneiras distintas e que a diversidade não constitui um problema a ser eliminado. A diferença deve ser considerada no planejamento das atividades, na organização curricular e nas relações construídas no cotidiano escolar.

Essa compreensão também pode ser relacionada às contribuições de Sassaki (2009), para quem a inclusão pressupõe mudanças nos ambientes e nas relações sociais. No contexto educacional, isso significa reconhecer que determinadas dificuldades de participação podem resultar das barreiras presentes na própria escola. Quando o ambiente não dispõe de recursos acessíveis, metodologias diversificadas ou formas adequadas de comunicação, pode produzir obstáculos que dificultam a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A prática pedagógica assume, portanto, papel fundamental no processo de escolarização. O professor precisa desenvolver estratégias que considerem a diversidade existente na turma, evitando a adoção de um único modelo de ensino. A utilização de diferentes linguagens, recursos didáticos, tecnologias e formas de participação pode favorecer o acesso aos conteúdos e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

A perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1997) contribui para essa discussão ao enfatizar a importância das relações sociais e da mediação no desenvolvimento humano. O desenvolvimento de estudantes com deficiência não deve ser analisado exclusivamente a partir de suas limitações, uma vez que as condições sociais, culturais e educacionais podem





favorecer ou restringir suas possibilidades. Nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental ao proporcionar experiências de interação, aprendizagem e participação.

A formação docente constitui outro elemento central. A presença de estudantes com deficiência no ensino regular demanda conhecimentos relacionados à acessibilidade, às estratégias metodológicas, às tecnologias assistivas, às diferentes formas de comunicação e aos processos avaliativos. A formação continuada pode contribuir para ampliar a capacidade dos professores de responder às demandas encontradas em suas salas de aula.

Entretanto, a formação docente não pode ser tratada como solução isolada. A inclusão depende também das condições oferecidas pelas instituições e pelos sistemas de ensino. Professores precisam dispor de tempo para planejamento, recursos pedagógicos, apoio especializado e oportunidades de trabalho colaborativo. A responsabilidade pela inclusão, portanto, deve ser compartilhada entre diferentes atores da comunidade escolar.

A colaboração entre professores do ensino regular e profissionais especializados pode favorecer a elaboração de estratégias mais adequadas. O Atendimento Educacional Especializado deve atuar de maneira articulada à escolarização na classe comum, contribuindo para identificar barreiras, desenvolver recursos de acessibilidade e ampliar as possibilidades de participação do estudante.

Outro elemento indispensável é a acessibilidade. Ela deve ser compreendida de maneira ampla, envolvendo aspectos arquitetônicos, comunicacionais, pedagógicos, tecnológicos e atitudinais. Uma escola pode possuir condições adequadas de circulação e, ainda assim, apresentar barreiras que dificultam o acesso aos conteúdos ou a participação nas atividades.

As tecnologias assistivas também podem desempenhar papel relevante nesse processo. Recursos digitais e materiais adaptados podem favorecer comunicação, autonomia e acesso ao currículo. Entretanto, a utilização desses recursos deve estar associada aos objetivos pedagógicos e às necessidades específicas dos estudantes. A tecnologia não constitui solução automática para os desafios da inclusão; sua efetividade depende da maneira como é integrada ao processo educativo.





O planejamento pedagógico precisa, portanto, considerar diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento. Estratégias como recursos visuais, materiais concretos, atividades práticas, tecnologias digitais, trabalhos colaborativos e diferentes formas de expressão podem beneficiar não apenas estudantes com deficiência, mas toda a turma. Essa abordagem contribui para uma concepção de ensino mais flexível e responsiva à diversidade.

O Desenho Universal para a Aprendizagem apresenta-se como uma possibilidade nesse contexto, pois propõe que as práticas sejam planejadas desde o início considerando diferentes formas de apresentação dos conteúdos, participação dos estudantes e expressão da aprendizagem. Dessa maneira, a necessidade de adaptações posteriores pode ser reduzida, uma vez que a diversidade já é considerada no planejamento pedagógico.

A avaliação também precisa ser repensada. Processos avaliativos baseados exclusivamente em instrumentos padronizados podem não contemplar adequadamente diferentes formas de comunicação e expressão. Uma perspectiva inclusiva pressupõe acompanhamento contínuo e utilização de diferentes estratégias avaliativas, permitindo identificar avanços e dificuldades ao longo do processo.

Freire (1996) contribui para essa discussão ao defender uma prática educativa baseada no diálogo, no respeito aos sujeitos e na valorização de seus conhecimentos. No contexto da escolarização inclusiva, essa perspectiva reforça a importância de reconhecer o estudante como sujeito ativo do processo educativo, evitando práticas que o reduzam à sua deficiência.

A inclusão também envolve uma dimensão atitudinal. Preconceitos, estereótipos, baixa expectativa de aprendizagem e superproteção podem limitar a participação dos estudantes tanto quanto barreiras físicas ou pedagógicas. A construção de uma cultura escolar inclusiva exige que professores, gestores, estudantes e famílias reconheçam a diversidade como parte da experiência humana.

A legislação brasileira mais recente reforça essa concepção. O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e estabeleceu princípios relacionados à equidade, à acessibilidade, ao combate ao capacitismo e à garantia de acesso,





permanência, participação e aprendizagem. A norma também prevê apoio aos estudantes nas classes e escolas comuns, além da formação continuada dos profissionais.

Dessa forma, o referencial teórico demonstra que a escolarização de estudantes com deficiência precisa ser compreendida como um processo que envolve direitos, políticas públicas, organização institucional e práticas pedagógicas. A inclusão efetiva depende da capacidade da escola de identificar barreiras e desenvolver condições que permitam aos estudantes participar e aprender.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada evidencia que a ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular representa um avanço significativo, mas não garante, isoladamente, uma escolarização inclusiva. O principal resultado identificado é justamente a necessidade de diferenciar acesso de inclusão efetiva. A matrícula representa uma condição inicial, enquanto a inclusão pressupõe participação, aprendizagem, interação e desenvolvimento.

Os resultados apontam que um dos principais desafios está relacionado à formação dos professores. A literatura evidencia dificuldades dos docentes para lidar com diferentes necessidades educacionais quando não dispõem de formação adequada e apoio institucional. Essa situação pode resultar na utilização de práticas pouco diversificadas ou na criação de expectativas reduzidas em relação aos estudantes.

A formação continuada aparece, portanto, como uma das principais estratégias para enfrentar esse desafio. Contudo, os resultados indicam que ela precisa estar relacionada às situações concretas da escola. A formação meramente teórica pode apresentar limitações quando não oferece possibilidades de aplicação prática. Processos formativos baseados em planejamento colaborativo, estudo de situações reais e construção de materiais podem contribuir de maneira mais significativa para a transformação da prática docente.

Outro resultado importante diz respeito à flexibilização das estratégias de ensino. A diversidade existente nas salas de aula torna inadequada a utilização de um único método





como resposta universal às necessidades dos estudantes. A utilização de diferentes recursos e linguagens pode ampliar as possibilidades de acesso ao currículo.

Nesse sentido, o planejamento pedagógico deve partir de objetivos de aprendizagem claros, mas permitir diferentes caminhos para alcançá-los. Essa flexibilidade não significa reduzir a qualidade do ensino ou diminuir as expectativas em relação aos estudantes com deficiência. Significa reconhecer que diferentes estudantes podem precisar de diferentes recursos para alcançar objetivos educacionais semelhantes.

A análise evidencia também a importância da acessibilidade. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais podem limitar a participação dos estudantes. Assim, a construção de uma escola inclusiva exige uma concepção ampla de acessibilidade, que esteja presente não apenas na estrutura física, mas também nos materiais, nas atividades, na comunicação e nas relações.

As tecnologias assistivas constituem uma possibilidade importante para superar determinadas barreiras. Recursos adequados podem ampliar a autonomia e favorecer a participação dos estudantes. Entretanto, a análise demonstra que a disponibilidade de equipamentos não é suficiente. É necessário que os profissionais saibam utilizá-los e que os recursos estejam articulados ao planejamento pedagógico.

O trabalho colaborativo também se destaca entre os resultados. A articulação entre professor da classe regular, profissionais especializados, gestão escolar e família pode favorecer o acompanhamento dos estudantes e a construção de estratégias mais adequadas. A inclusão tende a apresentar maiores possibilidades de êxito quando as responsabilidades são compartilhadas.

Outro resultado relevante está relacionado ao Atendimento Educacional Especializado. Quando articulado ao ensino regular, o atendimento pode contribuir para identificar necessidades, disponibilizar recursos e favorecer a participação do estudante. A separação entre o atendimento especializado e o currículo desenvolvido na sala comum, por outro lado, pode dificultar a continuidade das estratégias pedagógicas.





No campo da avaliação, os resultados apontam a necessidade de superar práticas excessivamente padronizadas. Estudantes com deficiência podem necessitar de diferentes formas para demonstrar seus conhecimentos. A diversificação dos instrumentos avaliativos pode proporcionar uma visão mais adequada do processo de aprendizagem e evitar que dificuldades relacionadas à comunicação sejam confundidas com ausência de conhecimento.

As barreiras atitudinais também aparecem como fator significativo. Expectativas reduzidas em relação ao estudante podem limitar suas oportunidades de aprendizagem. Quando professores ou colegas compreendem a deficiência exclusivamente a partir da incapacidade, podem desenvolver práticas de superproteção ou exclusão. A construção de uma cultura inclusiva requer, portanto, mudança nas concepções e atitudes de toda a comunidade escolar.

Os resultados demonstram ainda que a inclusão não deve ser entendida como responsabilidade individual do professor. Embora o docente tenha papel fundamental na mediação da aprendizagem, sua atuação está diretamente relacionada às condições oferecidas pela escola e pelas políticas educacionais. A ausência de recursos, formação e apoio institucional pode limitar significativamente as possibilidades de desenvolvimento de práticas inclusivas.

A análise também permite identificar a importância da participação da família. O diálogo entre escola e familiares pode fornecer informações relevantes sobre as características, interesses, formas de comunicação e experiências dos estudantes. Entretanto, essa parceria deve ocorrer sem transferência da responsabilidade educacional para a família.

De maneira geral, os resultados demonstram que a escolarização inclusiva depende de um conjunto de fatores interdependentes. Formação docente, acessibilidade, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, apoio especializado, avaliação flexível e cultura escolar inclusiva precisam atuar de forma articulada.

Portanto, a principal discussão decorrente da análise é que a inclusão não se concretiza pela simples presença do estudante com deficiência na classe comum. É necessário transformar as condições de ensino para que essa presença seja acompanhada de participação





e aprendizagem. A escola precisa reconhecer as barreiras existentes e desenvolver estratégias para reduzi-las.

4. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida permite concluir que a escolarização de estudantes com deficiência no ensino regular representa uma conquista importante no campo dos direitos educacionais, mas sua efetivação ainda depende de transformações significativas na organização escolar e na prática pedagógica.

Os resultados demonstraram que os principais desafios estão relacionados à formação docente, à acessibilidade, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas, à flexibilização das metodologias, à avaliação da aprendizagem, à articulação com o Atendimento Educacional Especializado e à superação de barreiras atitudinais.

A formação dos professores destaca-se como elemento fundamental. O docente precisa estar preparado para reconhecer a diversidade e desenvolver estratégias capazes de favorecer diferentes formas de aprendizagem. Entretanto, essa formação precisa ser acompanhada por condições institucionais adequadas, apoio especializado e políticas públicas que possibilitem a concretização das práticas inclusivas.

Outro resultado importante refere-se à necessidade de compreender que a inclusão não significa reduzir os objetivos educacionais para os estudantes com deficiência. Pelo contrário, uma prática pedagógica inclusiva deve buscar diferentes caminhos para que esses estudantes possam acessar conhecimentos, desenvolver habilidades e participar das experiências escolares em condições de equidade.

A acessibilidade também se apresenta como condição indispensável. A eliminação de barreiras deve abranger dimensões físicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais. Da mesma maneira, as tecnologias assistivas podem contribuir para ampliar autonomia e participação, desde que sejam utilizadas de forma planejada e articulada aos objetivos educacionais.





Conclui-se ainda que o trabalho colaborativo constitui importante estratégia para fortalecer a escolarização inclusiva. A articulação entre professores, profissionais especializados, gestores e famílias permite compartilhar responsabilidades e desenvolver respostas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos estudantes.

A inclusão escolar, portanto, não deve ser compreendida como uma tarefa exclusiva do professor nem como uma adaptação pontual destinada a determinados estudantes. Trata-se de um compromisso coletivo com a transformação da escola e com a garantia do direito à aprendizagem.

Por fim, a escolarização de estudantes com deficiência somente pode ser considerada efetivamente inclusiva quando o acesso à escola estiver acompanhado de participação, aprendizagem, autonomia e pertencimento. Isso exige uma escola capaz de reconhecer as diferenças, identificar barreiras e criar oportunidades para que cada estudante desenvolva suas potencialidades. Assim, fortalecer a prática pedagógica inclusiva significa construir um ensino mais flexível, acessível e democrático, no qual a diversidade seja reconhecida como parte essencial do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.





FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Fundamentos de defectología*. Madrid: Visor, 1997.

Recebido em: 27/07/2026

Aprovado em: 17/08/2026

Publicado em: 03/09/2026

